

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de computadores desktop para a Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, especialmente para os setores Tributário e Fiscal, utilizando recursos do Fundo Especial de Administração Fazendária (FEAFTAM), conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. A substituição dos equipamentos atuais se faz necessária devido ao nível de obsolescência tecnológica identificado, o qual tem impactado negativamente a produtividade dos setores Tributário e Fiscal. Os computadores atuais não suportam os sistemas mais recentes de arrecadação e gestão financeira, resultando em lentidão, interrupções e maior tempo de resposta para tarefas críticas.

1.2	Requisitante:	Fundo Especial da ADM.Fazendária (FEAFTAM)
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º da Lei 14.133
1.4	Período:	IMEDIATO
1.5	Tipo:	Menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Aquisição de computadores desktop para o Fundo Especial de Administração Fazendária, especialmente para os setores Tributário e Fiscal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U/C	MARCA	QUANT.
------	--------	-----------------------	-----	-------	--------



Item 1 (PRINCIPAL)	474160	<p>TIPO I</p> <p>Sistema Operacional - Windows 11 Profissional 64-bits, pré-instalado e ativado, com licença original</p> <p>Mousse - Óptico, 3 botões, conexão USB, cabo de 1,5 m do mesmo fabricante do equipamento.</p> <p>Monitor - Tela de 23,8" mínima, resolução FHD (1920 X 1080), brilho mínimo de 250 cd/m², ajuste de Altura, inclinação, rotação e giro. Conexões: HDMI E VGA, 2 Portas USB-A 1 USB-C. do mesmo fabricante do equipamento.</p> <p>Memória Ram - 16GB DDR5 (compatível com expansão para até 64 GB, Dual Channel).</p> <p>Armazenamento - SSD de 512 GB NVMe PCIe (Gen4 ou superior), com velocidade de leitura de pelo menos 2500MB/s</p> <p>Teclado - Padrão ABNT com teclado numérico, conexão USB, cabo de 1,5m. do mesmo fabricante do equipamento.</p> <p>Gabinete - Mid-tower ou Small Form Factor, fonte de alimentação (300W), 4 portas USB frontais (2.0/33.o) sendo uma tipo C, saída de áudio, DVD/RW.</p> <p>Processador - Processador com desempenho adequado para execução de sistemas corporativos e ferramentas de gestão fiscal, exigindo ao menos 14 núcleos e 20 threads para garantir eficiência em multitarefas e processamentos simultâneos. Referências de desempenho podem ser comparáveis aos processadores Intel Core i5 ou AMD Ryzen 5, desde que atendam ao requisito de processamento paralelo e resposta rápida sendo da mais recente geração disponibilizada pelo fabricante do computador, não sendo aceito fabricação antes do ano de 2024. A especificação deste computador com processador de 14 núcleos e 20 threads, aliado a 16GB de RAM, atende às necessidades dos setores responsáveis pelo atendimento ao público e tarefas administrativas básicas. Essa configuração permite o uso simultâneo de sistemas corporativos, suítes de escritório e serviços web, garantindo agilidade no atendimento e evitando atrasos</p>	UN	68
-------------------------------	---------------	--	-----------	-----------



	<p>decorrentes de equipamentos obsoletos.</p> <p>Placa-mãe - Compatível com o processador especificado, suporte a SSD NVMe e mínimo de 4 slots de memória DDR5</p> <p>Rede - Placa de rede integrada Gigabit Ethernet (100/1000Mbps)</p> <p>Garantia e Suporte - Garantia mínima de 36 meses do fabricante do equipamento, contemplando suporte técnico especializado e cobertura contra defeitos de fabricação e falhas de hardware. A justificativa para o período estendido de garantia é assegurar a continuidade dos serviços administrativos essenciais, reduzir custos com manutenção e evitar interrupções causadas por falhas nos equipamentos.</p> <p>O equipamento ofertado pela contratada, deverá possuir certificações de qualidade, aferindo todos os pontos como eficiência energética através de certificações 80 Plus, EPEAT e EnergyStar. Além disso, o fabricante do equipamento deve aderir as ISOs 9001, 14001 e 45001 de sustentabilidade. Deverão ser comprovadas junto a proposta todas as especificações aqui exigidas neste descritivo técnico, visando o devido atendimento, sendo necessária a comprovação por meio de catálogos técnicos e declarações do fabricante.</p> <p>Deve ser apresentada declaração do fabricante atestando que os equipamentos possuem a garantia exigida, junto do partnumber específico da garantia assim como que o equipamento possua todos os componentes integrados em fábrica, não sendo admitida adaptações pelo licitante.</p>		
--	---	--	--



Item 2 (RESERVADA)	<p>TIPO I</p> <p>Sistema Operacional - Windows 11 Profissional 64-bits, pré-instalado e ativado, com licença original</p> <p>Mousse - Óptico, 3 botões, conexão USB, cabo de 1,5 m do mesmo fabricante do equipamento.</p> <p>Monitor - Tela de 23,8" mínima, resolução FHD (1920 X 1080), brilho mínimo de 250 cd/m², ajuste de Altura, inclinação, rotação e giro. Conexões: HDMI E VGA, 2 Portas USB-A 1 USB-C. do mesmo fabricante do equipamento.</p> <p>Memória Ram - 16GB DDR5 (compatível com expansão para até 64 GB, Dual Channel).</p> <p>Armazenamento - SSD de 512 GB NVMe PCIe (Gen4 ou superior), com velocidade de leitura de pelo menos 2500MB/s</p> <p>Teclado - Padrão ABNT com teclado numérico, conexão USB, cabo de 1,5m. do mesmo fabricante do equipamento.</p> <p>Gabinete - Mid-tower ou Small Form Factor, fonte de alimentação (300W), 4 portas USB frontais (2.0/33.o) sendo uma tipo C, saída de áudio, DVD/RW.</p> <p>Processador - Processador com desempenho adequado para execução de sistemas corporativos e ferramentas de gestão fiscal, exigindo ao menos 14 núcleos e 20 threads para garantir eficiência em multitarefas e processamentos simultâneos. Referências de desempenho podem ser comparáveis aos processadores Intel Core i5 ou AMD Ryzen 5, desde que atendam ao requisito de processamento paralelo e resposta rápida sendo da mais recente geração disponibilizada pelo fabricante do computador, não sendo aceito fabricação antes do ano de 2024. A especificação deste computador com processador de 14 núcleos e 20 threads, aliado a 16GB de RAM, atende às necessidades dos setores responsáveis pelo atendimento ao público e tarefas administrativas básicas. Essa configuração permite o uso simultâneo de sistemas corporativos, suítes de escritório e serviços web, garantindo agilidade no atendimento e evitando atrasos</p>	UN	9
-------------------------------	--	-----------	----------



	<p>decorrentes de equipamentos obsoletos.</p> <p>Placa-mãe - Compatível com o processador especificado, suporte a SSD NVMe e mínimo de 4 slots de memória DDR5</p> <p>Rede - Placa de rede integrada Gigabit Ethernet (100/1000Mbps)</p> <p>Garantia e Suporte - Garantia mínima de 36 meses do fabricante do equipamento, contemplando suporte técnico especializado e cobertura contra defeitos de fabricação e falhas de hardware. A justificativa para o período estendido de garantia é assegurar a continuidade dos serviços administrativos essenciais, reduzir custos com manutenção e evitar interrupções causadas por falhas nos equipamentos.</p> <p>O equipamento ofertado pela contratada, deverá possuir certificações de qualidade, aferindo todos os pontos como eficiência energética através de certificações 80 Plus, EPEAT e EnergyStar. Além disso, o fabricante do equipamento deve aderir as ISOs 9001, 14001 e 45001 de sustentabilidade. Deverão ser comprovadas junto a proposta todas as especificações aqui exigidas neste descritivo técnico, visando o devido atendimento, sendo necessária a comprovação por meio de catálogos técnicos e declarações do fabricante.</p> <p>Deve ser apresentada declaração do fabricante atestando que os equipamentos possuem a garantia exigida, junto do partnumber específico da garantia assim como que o equipamento possua todos os componentes integrados em fábrica, não sendo admitida adaptações pelo licitante.</p>		
--	---	--	--



3 (EXCLUSIVA)	<p>TIPO II</p> <p>Sistema Operacional - Windows 11 Profissional 64-bits, pré-instalado e ativado, com licença original</p> <p>Mousse - Óptico, 3 botões, conexão USB, cabo de 1,5 m do mesmo fabricante do equipamento.</p> <p>Monitor - Tela de 23,8" mínima, resolução FHD (1920 X 1080), brilho mínimo de 250 cd/m², ajuste de Altura, inclinação, rotação e giro. Conexões: HDMI E VGA, 2 Portas USB-A 1 USB-C. do mesmo fabricante do equipamento.</p> <p>Memória Ram - 32 GB DDR5 (2x16 GB), compatível com expansão para até 128 GB,</p> <p>Armazenamento - SSD de 512 GB NVMe PCIe (Gen4 ou superior), com velocidade de leitura de pelo menos 2500 MB/s</p> <p>Teclado - Padrão ABNT com teclado numérico, conexão USB, cabo de 1,5m. do mesmo fabricante do equipamento.</p> <p>Gabinete - Mid-tower ou Small Form Factor, fonte de alimentação (300W), 4 portas USB frontais (2.0/33.o) sendo uma tipo C, saída de áudio, DVD/RW.</p> <p>Processador - Processador com desempenho adequado para execução de sistemas corporativos e ferramentas de gestão fiscal, exigindo ao menos 20 núcleos e 28 threads para garantir eficiência em multitarefas e processamentos simultâneos. Referências de desempenho podem ser comparáveis aos processadores Intel Core i7 ou AMD Ryzen 7, desde que atendam ao requisito de processamento paralelo e resposta rápida sendo da mais recente geração disponibilizada pelo fabricante do computador, não sendo aceito fabricação antes do ano de 2024.. A especificação deste computador com processador de 20 núcleos e 28 threads, aliado a 32GB de RAM, é necessária para os setores que realizam análises fiscais e tributárias complexas e que demandam processamento intensivo. Esta configuração permite o uso simultâneo de diversas aplicações pesadas, garantindo</p>	UN	06
------------------	--	----	----



	<p>eficiência e rapidez na execução de cálculos, geração de relatórios e manipulação de grandes volumes de dados.</p> <p>Placa-mãe - Compatível com o processador especificado, suporte a SSD NVMe e mínimo de 4 Slots de memória DDR5</p> <p>Rede - Placa de rede integrada Gigabit Ethernet (100/1000Mbps)</p> <p>Garantia e Suporte - Garantia mínima de 36 meses do fabricante do equipamento, contemplando suporte técnico especializado e cobertura contra defeitos de fabricação e falhas de hardware. A justificativa para o período estendido de garantia é assegurar a continuidade dos serviços administrativos essenciais, reduzir custos com manutenção e evitar interrupções causadas por falhas nos equipamentos. O equipamento ofertado pela contratada, deverá possuir certificações de qualidade, aferindo todos os pontos como eficiência energética através de certificações 80 Plus, EPEAT e EnergyStar. Além disso, o fabricante do equipamento deve aderir as ISOs 9001, 14001 e 45001 de sustentabilidade.</p> <p>Deverão ser comprovadas junto a proposta todas as especificações aqui exigidas neste descritivo técnico, visando o devido atendimento, sendo necessária a comprovação por meio de catálogos técnicos e declarações do fabricante.</p> <p>Deve ser apresentada declaração do fabricante atestando que os equipamentos possuem a garantia exigida, junto do partnumber específico da garantia assim como que o equipamento possua todos os componentes integrados em fábrica, não sendo admitida adaptações pelo licitante.</p>		
--	---	--	--

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8 A presente contratação se dará por entrega imediata, portando sem prazo de vigência a ser considerado;

1.9 O fornecimento de bens é enquadrado como não continuado, tendo em vista que uma vez finalizada a entrega soluciona-se a demanda;

1.10 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, critério de julgamento: menor preço por item.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 Nos últimos anos a informática tornou-se uma ferramenta fundamental para a execução dos serviços nas empresas públicas e privadas. No governo, boa parte dos processos de trabalho já opera em sistemas de informação. Além disso, os microcomputadores são amplamente utilizados para a operação das atividades administrativas.

2.2 Como acontece com a maioria das tecnologias, as estações de trabalho (desktops) e os servidores sofrem um processo de depreciação natural que, associado ao avanço das tecnologias, imprime aos gestores a tomada de medidas que garantam a continuidade das informações de forma profícua.

2.3 A continuidade dos serviços é um dos atributos principais a ser levado em conta pelos gestores, tendo em vista que a interrupção da prestação dos serviços públicos causaria transtornos aos administrados e, por reflexo, aos cidadãos.

2.4 Para os bens de informática, uma das melhores estratégias para minimizar a interrupção da prestação de serviços está, pois, na aquisição de equipamentos com ampla cobertura de garantia. Portanto, faz-se necessário contar com um parque de TI com cobertura integral de garantia evitando eventuais situações que impactam os prestadores, bem como os usuários dos serviços públicos.

2.5 A composição deste objeto reside na necessidade de promover a atualização tecnológica e da expansão do quantitativo de desktops e atualização tecnológica do servidor utilizado pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

2.6 O presente processo fomenta a utilização adequada da tecnologia da informação e comunicação das unidades administrativas, o que, certamente, reflete na melhoria do atendimento ao cidadão e ao próprio servidor público.

2.7 Quanto ao dimensionamento técnico dos equipamentos, ratifica-se que o objetivo principal é **garantir a continuidade dos serviços públicos com o maior nível de eficiência e produtividade possível**, sempre observando a relação **custo-benefício**. Atualmente, os setores enfrentam um parque computacional **defasado tecnologicamente e sem garantia**, o que compromete significativamente as atividades administrativas e a qualidade dos serviços prestados.

Dessa forma, foram elaboradas **especificações técnicas distintas** para atender às necessidades específicas da administração pública:

- **Computadores Desktop Básicos:** Destinados à **grande parte das demandas do funcionalismo público**, como atendimento ao público, uso de sistemas corporativos, suítes de escritório, serviços web e correio eletrônico.
- **Computadores Desktop Avançados:** Especificamente destinados a setores que realizam **tarefas de processamento intensivo**, como análises fiscais e tributárias complexas, edição gráfica e outras atividades que exigem maior capacidade de processamento e memória.
- **Servidor:** Necessário para gerenciar as demandas da rede interna da Administração Pública, garantindo **rapidez, segurança e continuidade dos serviços** essenciais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A solução fora analisada e se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo II). Diante do objetivo a ser alcançado, que é a aquisição de computadores desktops para a Administração Pública, a opção mais adequada encontra-se através de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico. Utilizando o critério de julgamento menor preço por item, além de cumprir o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

3.2 Visando modernizar o parque tecnológico da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, a presente proposta busca equipar e estruturar a Administração Pública, bem como as unidades vinculadas, promovendo o acesso a ferramentas tecnológicas modernas. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento pelo **menor preço unitário**, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**. Essa iniciativa contribuirá significativamente para a manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas no município, otimizando processos e garantindo maior eficiência.

3.3 Essa decisão reflete o compromisso da **Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações** em oferecer suporte de qualidade às atividades realizadas pelos servidores, aliando modernização tecnológica ao uso eficiente dos recursos públicos. A expectativa é proporcionar uma transformação no ambiente profissional, garantindo aos servidores e usuários ferramentas adequadas para o pleno desenvolvimento de suas atividades.

3.4 A solução proposta contempla a aquisição de **dois tipos de computadores desktop**, com configurações específicas para atender a diferentes níveis de demanda:

1. **Computadores de Alto Desempenho:** Atender a setores que demandam alta capacidade de processamento, como análise financeira, desenvolvimento de projetos técnicos e áreas de pesquisa e desenvolvimento.

2. **Computadores Básicos:** Destinados a setores com menor demanda de processamento, como suporte administrativo e atividades básicas de escritório.

3.5 A solução proposta considera todo o **ciclo de vida dos equipamentos**, abrangendo:

1. **Aquisição:** Compra de computadores com garantia mínima de três anos, oferecida pelo fabricante.
2. **Manutenção e Assistência Técnica:** Serviços de manutenção preventiva e corretiva, além de suporte técnico especializado para garantir a operação contínua dos equipamentos.
3. **Utilização:** Treinamento dos usuários para assegurar o uso eficiente dos equipamentos, maximizando o desempenho e a produtividade.
4. **Reposição:** Implementação de política de reposição de equipamentos que apresentem defeitos irreparáveis ou que se tornem obsoletos, com base na depreciação e desgaste natural.
5. **Depreciação:** O ciclo de vida dos equipamentos está estimado em **cinco anos**, período após o qual a depreciação tecnológica e o desgaste natural comprometem a eficiência operacional. Será implementado um planejamento de reposição gradual para evitar que a defasagem tecnológica afete a prestação dos serviços essenciais.
6. **Impacto Ambiental:** Descarte correto dos equipamentos obsoletos, com a inclusão de programas de reciclagem para minimizar o impacto ambiental, alinhando-se às práticas de sustentabilidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.1.1.1.1. Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.1.2. Os bens ofertados deverão atender às diretrizes ambientais da **RoHS** (Restriction of Hazardous Substances), visando à redução de substâncias perigosas, como **mercúrio (Hg)**, **chumbo (Pb)**, **cádmio (Cd)**, **cromo hexavalente (Cr (VI))**, **bifenil polibromados (PBBs)** e **éteres difenilpolibromados (PBDEs)**. Esta exigência busca garantir a conformidade com práticas

sustentáveis e minimizar o impacto ambiental, alinhando-se às políticas nacionais de sustentabilidade.

4.1.1.2. Todo material, bem como seus acessórios e componentes exigidos, deverão ser fornecidos novos e respeitando as principais normas técnicas elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência, segurança e acessibilidade dos materiais elencado neste Termo de Referência, atendendo a todas as especificações que constam no Termo de Referência, entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem indícios de umidade, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade;

4.1.2 Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.1.3 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

4.1.3.1 Para validar o atendimento às especificações técnicas, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar documentação técnica (por catálogo) que comprove as características e funcionalidades exigidas. Esta exigência visa garantir a compatibilidade dos equipamentos com os sistemas utilizados pela Administração, assegurando a eficiência operacional.

4.1.3.2 Serão exigidas amostras (por catálogo) dos servidores e dos microcomputadores, conforme especificação presente neste Termo de Referência;

4.1.3.3 As amostras poderão ser entregues no endereço: Avenida Alberto Braune, nº 225, Centro, Nova Friburgo-RJ, na Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, no prazo limite estabelecido no edital, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.1.3.4 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.1.3.5 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.3.6 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- A) Processamento;
- B) Memória RAM;
- C) Placa de Vídeo;
- D) Armazenamento;
- E) Portas e Conexões;
- F) Tela;

G) Sistema Operacional;

H) Bateria;

I) Recursos e Acessórios.

4.1.3.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.3.8 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não forem aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.3.9 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;

4.1.3.10 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 7 (sete) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.;

4.1.3.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.1.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.1.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.1.5.1. Não se faz necessária sua aplicação para este objeto, uma vez que, são considerados bens de consumo durável. Em muitos casos, a garantia do fabricante já cobre possíveis defeitos de fabricação durante um período inicial, o que pode dispensar a necessidade de uma garantia contratual adicional;

4.1.6 Garantia de Fábrica

4.1.6.1 Cobertura da Garantia:

Os fornecedores deverão oferecer garantia mínima de **3 (três) anos** para os computadores adquiridos, cobrindo defeitos de fabricação, problemas de hardware e assistência técnica. Essa garantia assegura que os equipamentos estarão protegidos contra falhas durante o período inicial de uso, sem custos adicionais para a Administração.

4.1.6.2 Responsabilidade do Fornecedor:

Durante o período de garantia, a empresa fornecedora deverá realizar os serviços de manutenção e reparo, substituindo componentes defeituosos sem ônus para a Prefeitura. Essa responsabilidade inclui o fornecimento de peças originais e a garantia de que os reparos sejam feitos por profissionais qualificados.

4.1.6.3 Benefícios da Garantia de Fábrica:

- **Redução de Custos:** Evita despesas adicionais com manutenção nos primeiros anos de uso.
- **Maior Confiabilidade:** Assegura o funcionamento contínuo dos equipamentos, garantindo a eficiência operacional.
- **Suporte Técnico Especializado:** Garante assistência técnica prestada por profissionais autorizados pelo fabricante.

4.1.6.4 Documentação:

Os fornecedores deverão fornecer certificados de garantia detalhados, especificando os termos de cobertura e os procedimentos para acionamento do suporte técnico.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega é de até 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente, através do Setor de Tecnologia da Informação e Comunicações;

5.2 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Alberto Braune, nº 225, Centro, Nova Friburgo-RJ, na Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações,

5.4 Caso não seja possível a entrega e na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.5 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.7 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

5.9 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

5.9.1 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

5.9.1.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9.1.2 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9.1.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9.1.4 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9.1.5 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9.1.6 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9.1.7 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.9.1.8 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.9.1.9 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Fundo Especial de Administração Fazendária CNPJ: 50.228.528/0001-90, endereço: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28613-001 .

7.2. Todos os materiais deverão ser entregues na Avenida Alberto Braune, nº 225, Centro, Nova Friburgo-RJ, na Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - Cep: 28.613-001

7.3. Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I c/c art. 17, § 2º c/c art. 33, inciso I da Lei nº 14.133.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

- A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- C) - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- D) - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- E) - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- F) - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- G) - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- H) - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

- I) - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- J) - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- K) - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), median-

te apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.9 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12.3 Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.12.3.1 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.12.3.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.12.3.3 Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.13 Qualificação Econômico-Financeira:

8.13.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.13.2 Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.13.3 Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.13.4 A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.13.5 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.13.6 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.13.7 Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.14 Qualificação Técnica:

8.14.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.14.2.1 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.14.2.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.14.2.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

J) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;



- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 727.994,40 (setecentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

ÓRGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA
Fundo Especial da ADM.Fazendária	46001.0412301212.341	44.90.52.01	1759000000140
Fundo Especial da ADM.Fazendária	46002.0412301222.343	44.90.52.01	1759000000240

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A proposta apresentada pelo vencedor do certame deverá ser acompanhada pela **planilha detalhada de custos e formação de preços**, conforme exigido pela legislação vigente.

13.2. O presente **Termo de Referência** foi elaborado pela responsável subscritora, com o apoio da **equipe técnica da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações**.

Nova Friburgo/RJ, 16 de dezembro de 2024.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:	GESTOR
Lucimar Junqueira Pacheco Matr. 63.226	Rômulo Rodrigues Matr.63.613	Roberto Calvano do Amaral Matr. 63.189

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo

O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Ciente, de acordo:

Patrick Risso de Azevedo

Matr. 63.789